



Gênero em disputa: conflitos políticos, identitários e sociais

MULHERES NOS JORNAIS E PRODUÇÃO JORNALÍSTICA FEMININA DO PIAUÍ (1830-1900)

ERIKA RUTH MELO DA SILVA

Mestra em Letras - Universidade Estadual do Piauí

Email: erikaruthmsc@gmail.com

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

Revista Zabelê – PPGANT -UFPI - Teresina-PI • Vol. 4, n. 1 (2023)

RESUMO:

Esta pesquisa aborda a presença das mulheres do Piauí nos jornais do século XIX. O recorte temporal abarca o período que foi de 1830 até 1900 e objetiva a compreensão das experiências femininas no contexto oitocentista. Os jornais, tomados como fontes históricas de análise do recorte 1830-1870, revelam parte do processo de entrada das mulheres para a cena pública piauiense. É entre 1880 e 1900, porém, quando os textos de autoria feminina aparecem nos jornais, de modo que este estudo analisa as autorias literárias e jornalísticas das mulheres nos suportes impressos e manuscritos, ainda, inseridas em contexto nacional, no qual também surge a imprensa feminina no Brasil. À luz de autores como Duarte (2002), Le Goff (2013) e Bourdieu (2002), este trabalho finalmente demonstra como a imprensa e a literatura produzida por mulheres do século XIX influenciou na conquista de direitos que lhes foram historicamente negados, tais como a educação formal e a profissionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Mulheres; Literatura; História; Piauí

RESUMEN:

Esta investigación aborda la presencia de mujeres piauienses en los periódicos del siglo XIX. El marco temporal cubre el período de 1830 a 1900 y tiene como objetivo comprender las experiencias de las mujeres en el contexto del siglo XIX. Los periódicos, tomados como fuentes históricas para el análisis del período 1830-1870, revelan parte del proceso de ingreso de la mujer en la escena pública de Piauí. Es entre 1880 y 1900, sin embargo, cuando aparecen en los periódicos textos de autoría femenina, por lo que este estudio analiza la autoría literaria y periodística de la mujer en soportes impresos y manuscritos, aún inserta en un contexto nacional,

en el que también aparece la prensa femenina. en Brasil. A la luz de autores como Duarte (2002), Le Goff (2013) y Bourdieu (2002), este trabajo finalmente demuestra cómo la prensa y la literatura producidas por mujeres en el siglo XIX influyeron en la conquista de derechos que históricamente les fueron negados, como la educación formal y la profesionalización.

PALABRAS CLAVE: Prensa; Mujer; Literatura; Historia; Piauí

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pôr em destaque as fontes jornalísticas, compreendendo como tais veículos se enunciam no tecido temporal, envolvidos dos seus contextos de produção ou propagação, permite que se entendam os locais femininos no século XIX, assim como as relações sociais que imprimiram coerção de mentalidades sobre os corpos das mulheres. Contudo, desprende-se da ótica com que atualmente se observa o sujeito “mulher”, pois diverge daquelas lançadas aos corpos, textos e nomes femininos durante as décadas com as quais se trabalham neste estudo, 1830 a 1900.

Essa datação se notabilizou para a literatura e a imprensa brasileira pela alavancada nas publicações de periódicos e livros, posto finalizarem-se as antigas imposições coloniais (1500-1808) do pacto, as quais impediam as letras de imprensa no Brasil. A proibição foi revogada pela abertura dos portos (1808), de modo que se permitiu maior circulação comercial e jornalística.

Na província do Piauí, remonta à fundação da imprensa no estado: de 1832, com *O Piauiense*¹ de Oeiras, na primeira capital. Daquela

1 Jornal impresso na cidade de Oeiras, redigido pelo professor Amaro Gomes dos Santos e pelo Pe. Antônio do Lago. Circulou até 1835. Considerado o primeiro periódico do Piauí.

cidade se têm em arquivos² os notáveis periódicos do século XIX, todavia, ladeados a uma outra leva de fontes pertencentes ao território da Vila do Poti, escolhido para ser o novo centro administrativo do Piauí na segunda metade do centenário. No referido corpus, não há número volumoso de jornais; menos ainda, se dele recortadas as ocorrências das quais obtêm-se registros do mundo feminino oitocentista.

Importa destacar que é relevante para este trabalho a mudança de concepção acerca das fontes, no âmbito da ciência História, pois houve queda das antigas interpretações, principalmente quanto ao uso dos jornais para a pesquisa do passado. Conforme explicam Teresinha Queiroz e Pedro Castelo Branco (2020), “a aspiração da verdade histórica fazia com que os historiadores desprezassem os jornais enquanto fontes documentais” (QUEIROZ; CASTELO BRANCO, 2020: 9), por causa de suas posições de ordem política e de seus discursos voltados para grupos de interesses.

Não obstante, sob esforços de inúmeros movimentos da historiografia, ao lado do desenvolvimento de linhas da história da arte e a história das mulheres, o discurso histórico perdeu sua postura de imparcialidade. Com isso, fontes como jornais, revistas, testemunhos e cartas, assumiram nova leitura e significativa importância, dessa vez, centralizados por ofertarem o exato material pelo qual eram desprestigiados:

Na segunda metade do século XX, os jornais absolutamente resgatados da sua condição de pária, na oficina dos historiadores, assumiram papel de destaque, de fonte documental relevante, para pesquisadores que pretendiam conhecer a dinâmica cultural

2 Refere-se neste trecho ao Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito; ao projeto “Memória do Jornalismo Piauiense” – UFPI, cujo site disponibiliza as fotos digitalizadas em arquivos; aos trabalhos tocados pelo Núcleo de Estudos em Sociedade, Imprensa e Literatura Piauiense – NESILPI (PREX-UESPI), mantenedor dos pesquisadores do Programa “Velho Monge”, através do qual fontes do século XIX são resgatadas dos arquivos pessoais e ofertadas à comunidade acadêmica para estudos e análises.

de uma sociedade, que indagavam sobre as transformações nas práticas cotidianas, que buscavam entender os embates mais diversos, sejam no campo da política, da religião, das sociabilidades, ou dos valores sociais, em síntese, das mais diversas formas de perceber, sentir e dizer o mundo a nossa volta (QUEIROZ; CASTELO BRANCO, 2020: 9).

Adotando essa diretriz teórico-metodológica à análise minuciosa dos jornais piauienses na segunda metade do século XIX, até 1857, porém, não foi possível encontrar a palavra “mulher” ou, sequer, notícias sobre elas. Os temas, por outro lado, eram a guerra da Balaiada, a mudança da capital, de Oeiras para a Vila do Poti, e culto à moralidade conservadora. Dessa forma, o entendimento é de que o mundo da política da província existia como uma bolha de homens, onde tocar nas questões relativas à feminilidade às vistas do público não era um assunto em pauta. 31

Percebe-se que os periódicos de Oeiras inúmeras vezes contrastavam com os atuantes no território da nova capital, Teresina, entre 1850 a 1870, especialmente quanto à política e aos hábitos cotidianos. Contudo, se há algo que os aproxima: jornais das quatro primeiras décadas oitocentistas não são as melhores fontes históricas sobre a vida feminina no Piauí. Embora essa inexistência das mulheres fosse comum nas páginas públicas àquele período no Brasil, nos periódicos piauienses, de modo extremo, encenam apenas questões políticas e partidárias, destacadamente em *O Correio da Assembleia Legislativa*³ e *O Telégrafo*⁴.

O jornal *O Escolástico*⁵, com temáticas da filosofia cristã e versando sobre a moral religiosa, trouxe comentário sobre as mulheres,

3 Se fundou em 1835, publicava atos da Assembleia Legislativa. Exemplares disponíveis datam até 1845, circulando em forma de livreto, em volumes anuais.

4 Folheto jornalístico de 1839, circulava em Oeiras, com duas edições semanais. Desapareceu em 1841.

5 É da cidade de Oeiras, circulou entre 1849 e 1850, impresso na tipografia saquarema.

todavia, como exaltação da castidade clerical e assunto de piadas ridicularizadoras. No diálogo da pequena piada, na única sessão de divertimento daquele folheto da igreja católica, se comparavam os homens às mulheres, e ao final se dizia: “As mulheres? Lhe tornou o homem; as mulheres? Ah! São piores. Mil vezes piores!”⁶.

Ocorre que, recém-saídas do mundo doméstico, as mulheres começaram a circular pelo espaço público do Piauí, não obstante, no segundo quartel do século XIX, dar esse “ar da graça” significava ir aonde não eram muito bem-vindas, tampouco compreendidas. Sobre o assunto, o que restou dos jornais piauienses do período comprovam o vivido nas datações.

MULHERES NOS JORNAIS DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ: 1830 A 1870

A partir de 1830, o aparecimento público das mulheres nos jornais foi raridade, tanto pelas suas inacessibilidades educacionais que as possibilitasse o registro escrito de suas funções ou atividades, quanto pela cultura oitocentista da vivência pública, em contatos, saídas e liberdade, pertencer unicamente aos homens. Dentre outros fatores, a constituição do território e da economia teve participação nisso que os historiadores denominam “isolamento” das figuras femininas nas porções interiores, não só do Piauí, mas do Brasil.

De acordo com Marcelo de Souza Neto (2009), Portugal tinha uma empreitada colonizadora muito comprometida em manter as suas populações longe da educação, justamente para facilitar seu domínio. O historiador revela que em locais da colônia como o Piauí, os quais chamou de “áreas de criatório”, o repasse de conhecimento era dificultado pela estrutura econômica e territorial, pois

⁶ “Variedades”, O Escolástico, ano 1, n. 12, Oeiras do Piauí, p. 4. 2 mar. 1850.

Tiveram um processo de colonização pautado na pecuária e delineado sob a marca dos conflitos de terra entre sesmeiros e posseiros, o desenvolvimento da instrução formal marcou-se pelo signo da falta de recursos financeiros e pela carência de professores habilitados para exercerem as atividades de ensino, freando, portanto, a efetiva implantação de uma educação escolar (SOUZA NETO, 2009: 117).

Como destaca o pesquisador, existia a predominância da pecuária como principal meio de lucros do Piauí, uma atividade executada sem a necessidade da instrução gráfica e literária, que se utilizava de uma estrutura territorial de população rarefeita, distantes os povoados uns dos outros, na qual as elites se mantinham, com seus agregados, escravos e mulheres, na dinâmica privada de suas fazendas.

33

Frisa-se nisso, pois, se deve compreender a entrada das mulheres para a cena social pública como um processo de décadas, vagaroso e perpassado por conflitos políticos e culturais, sobretudo sob interferência da cena econômica em vigor. Esse processo, todavia, está passivo de relativa sondagem, a partir das folhas jornalísticas do Piauí do século XIX.

Na confirmação do caso, na então fundada Teresina, foi o veículo *O Propagador*⁷ que registrou o aparecimento público das mulheres, descritas na casa de teatro que acabava de se criar. Na primeira referência a um espaço cultural inaugurado na cidade, de 3 de julho de 1858, veio um registro de apresentação teatral com participação de mulheres, no Teatro Santa Tereza. A nota diz que ocorrera a apresentação da comédia “A afilhada do Barão”, uma farsa de nome “Bernardo na lua”, e ainda um dueto: “Casquilho e o jogador”.

A inquietação quanto ao público achar aparições femininas imorais

⁷ Jornal de 1858, impresso em tipografia independente. Desapareceu em 1864.

e não estar adaptado a inovações culturais, entretanto, são latentes, pois o comentário que segue os dados é uma crítica à atriz chamada Ermelinda, por abandonar o palco assim que sua máscara caiu, bem como ao fato de que as outras atrizes estavam “demasiado despidas”.

A mulher andando sozinha, mesmo para ir à igreja, era chamada nas colunas dos jornais de “prostituta”, ao tempo que as acompanhadas por algum homem eram denominadas de “senhoras”. Por esse motivo, um colunista afirmava que mudaria de cidade, porque o novo centro administrativo do Piauí “se acha bastante afetado da mais súbita imoralidade”⁸. O caso até foi tomado como argumento para os grupos discordantes da mudança de localização da capital.

Um homem, em *O Conciliador Piauiense*, confessou que achava o cotidiano da nova capital do Piauí insuportável, por esse convívio com mulheres, incomodando-se com as moças e seus namorados que, conforme seu relato: “se apresentam nas janelas, nas portas da frente, assentados a tomar fresca, em passeios pelas ruas de braços dados, isto com todo o desrespeito às famílias honestas e ao público”⁹.

O mesmo jornal também fala que uma mulher sozinha tropeçou na saia de uma das senhoras que se sentava perto do altar, procurando espaço para assistir à missa. O desencontro das damas gerou desconforto na mulher que teve a saia arrastada, justamente essa que o autor dizia conhecer e ter admiração, então confessa no texto: “moveu-me a procurar saber quem era aquela personagem; ao que se me respondeu ser uma prostituta!!! Disse eu. Uma prostituta atreve-se a zombar assim de uma senhora!... Oh meu Deus!...”¹⁰.

O modo que as mulheres aparecem nos periódicos do Piauí na década

8 A pedido, *O Conciliador Piauiense*, ano 1, n. 13, p. 5. 10 ago. 1857.

9 Idem.

10 Idem, *ibidem*.

seguinte, no entanto, é mais trágico. Elas eram as mais fáceis vítimas da fome, das crises e epidemias, relatadas nas notícias lamentáveis dos jornais. Sobre a febre tifoide, por exemplo, que assolou o Piauí nos dois primeiros anos da década de sessenta do século XIX, com destaque para o segundo semestre, chama atenção que só do dia 13 ao 29 de agosto de 1860, em cidades distintas, são noticiadas nas colunas¹¹ os falecimentos de inúmeras mulheres, dando ainda ênfase às pertencentes às altas classes do estado.

É *O Recreio Literário*¹², porém, o primeiro a trazer texto de autoria feminina na segunda metade do século XIX no Piauí. Não de uma mulher da terra, mas de Madame de Genlis, escritora e condessa na França, cujo nome foi Stéphanie Félicité. O folhetim era “Mademoiselle de Clermont”, localizado na página central do número 1, de 1851. Esse jornal também reclamava a ausência de atividades culturais para a juventude e foi o primeiro a demonstrar certo respeito à produção literária feminina daquele século.

35

APARECIMENTO DA IMPRENSA FEMININA NO PIAUÍ: A VIOLETA (1864) E A BORBOLETA (1888)

Apesar dessas aparições públicas femininas registradas pelos periódicos até 1870, se sobressaiu o latente isolamento territorial na província do Piauí, decorrente da economia agropecuária. A atividade econômica, que mantinha os índices do charque, do comércio e das policulturas, por outro lado existiu sob pena da comunicação dificultosa, problemas de integração territorial e, para o que importa neste estudo, da pouca vida pública das mulheres. A estas, em sua maioria, restou o ambiente doméstico, a maternidade e cuidados do lar, e, por força das mentalidades oitocentistas,

11 Mortes, O Expectador, Teresina, ano 2, n. 76, p. 4, 29 ago. 1860.

12 Jornal de Oeiras, fundado em 1851, versava sobre literatura e ciência. A publicação era mensal, contendo de 8 a 16 páginas.

o padrão se repetiu para as das residentes em áreas urbanas.

Diz-se, pois, uma vez que frequentassem a sociedade em *frenesi*, como as senhoras da burguesia de Parnaíba; às praças e serviços cotidianos, como viveram as negras; ou a instrução basilar, no caso das moças de Teresina, ainda assim o papel socialmente definido para seus corpos colocava-os sob risco do silenciamento, dependência financeira de pais e maridos, casamentos arranjados e dedicação a certo número de filhos.

Interno a este panorama suscito, porém, não se pode reduzir a figura feminina à recorrente análise do “mundo privado”. Salienta-se, então, a gradativa ruptura com tal postulado, sobretudo no que se refere à apropriação feita da leitura e da escrita, de modo principal, nos usos dados pelas mulheres do Piauí do século XIX para a palavra pública.

Assim, ressalta-se a importância da imprensa produzida por mulheres nas suas conquistas de direitos, pois a atividade letrada foi um dos requisitos fundamentais para o alcance de direitos nos séculos posteriores, tanto no que toca aos embates políticos pela educação formal, quanto à autonomia econômica e financeira advinda do domínio de conhecimento.

Com efeito, a imprensa feminina, isto é, um tipo de material escrito e pensado para mulheres, não só no Piauí, mas em todo o território brasileiro, se caracterizou por heterogeneidade. Esses múltiplos posicionamentos decorriam principalmente do cenário histórico-político daquele contexto. Boris Fausto (2019: 157) atesta que, no âmbito das ideias e concordâncias, nos limiares do segundo reinado existia “certo conflito entre o que se chama a burguesia reacionária, representada pelos donos de terras e senhores de escravos, e a burguesia progressista, representada pelos comerciantes e financistas”. Fausto (2019: 157) também defende que “a divergência não se manifestava pela política partidária. As duas correntes se misturavam nos dois partidos, embora

houvesse certa preferência dos retrógrados pelo partido conservador”.

Os reflexos disso nas folhas femininas foram as múltiplas temáticas e o perpassar, tantas vezes contraditório, de ideias relativas à família, educação e autonomia. Seus conteúdos iam desde a tônica conservadora e religiosa, àquelas de relutância política combativa, cuja principal ocorrência era de redação e edição feita por mulheres, como foi *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889).

Se postos em comparação com os textos produzidos por/para homens no Brasil, se constata o mesmo que Constância Duarte (2016: 16), pesquisadora que afirma, nos registros do século XIX, que “chama atenção para a tímida participação feminina, consumidora e produtora” de livros e jornais. Somando-se ao analfabetismo da população e ao isolamento territorial, foram decisivos nesta implicação o preço do papel e da tecnologia tipográfica, paralelamente à dependência financeira das mulheres, cujas rendas, quando não eram de total centralização masculina, passavam por aprovação dos pais e maridos os gastos, ganhos e os conteúdos consumidos.

Logo, a existência de uma imprensa escrita para o público de mulheres brasileiras se viu nascente nas cidades cuja interferência econômica tinha preponderância da prática comercial, para tanto imitando um modelo de vendas das tiragens de menor custo do jornalismo, as quais facilitavam aquisição, bem como o esconderijo (nas gavetas, baús etc), em um tempo que, para muitas mulheres no século XIX, a leitura e a escrita públicas foram atividades proibidas.

Nesse contexto, se explica o ocorrido no Piauí, pois o primeiro folheto desse modelo a surgir foi *A Violeta*, que, segundo Pinheiro Filho (1972) apareceu em Parnaíba em 1864, com a ressalva de que jamais fora encontrado pelos pesquisadores, sem podê-lo classificar de autoria de homens ou de mulheres. Sabe-se apenas que objetivava

as “senhoras” do litoral do estado, um local onde, devido a atividade portuária, teve vultuosa ação comercial e concentração financeira.

Para Souza (2002: 17) o público desses locais de comércio deu razão ao jornalismo, “principalmente porque as únicas mulheres que sabiam ler e dispunham de tempo para isso eram as da aristocracia e da elite burguesa”. Por outro lado, essa questão de consumo impossibilitou que o jornal alcançasse as mulheres mais pobres ou as residentes em zonas isoladas do país.

Entende-se a existência fugaz de folhas femininas, amplamente escritas por homens, cujo intuito fora entreter, idealizar ou instruir o comportamento das mulheres. É nesse tipo em que se enquadra o, surgido no Piauí, jornal *A Borboleta* (1888), feito para mulheres e publicado por homens. Na ausência de uma educação formal para moças, esses jornais impunham para si a missão de educar socialmente as mulheres, assim como homenageá-las.

Fosse por quê *A Borboleta* não teve a igual qualidade dos destinados “ao belo sexo”, tais como os que circularam em Recife e no Rio de Janeiro, fosse por ser um veículo simples, que não abordou temáticas mais aprofundadas da arte ou de novidades, o jornal não teve uma tiragem volumosa.



IMAGEM 1: Jornal A Borboleta, Teresina, 1888.

A legenda do jornal denominava-o “Mimo ao belo sexo” e de conteúdo “exclusivamente literário”, o que foi confirmado pela estrutura, dividida em 4 contos e, encerrando a edição, 3 poemas. No entanto, nada relativo ao tom folhetinesco ou reprodução de poemas, como recorria nos periódicos femininos do restante do país. O primeiro texto se deu em conto: “A mulher e a Flor”, assinado por Black Knight cuja tradução do inglês significa “Cavaleiro Negro”. O segundo, “Inocente”, de Giovanni, seguido de “No baile”, com autoria de Warton. Fechando a sessão da prosa, veio “Fragmento”, de Atasius Alill. As duas primeiras poesias homenageavam uma mulher chamada “A.”, eram “Impossível” e “Imitação”, escritas por Julio Fanoff; a última dedicava-se ao periódico, levando seu nome: “Borboleta”.

Em *A Borboleta* nota-se o explicitado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2008), cuja teoria acerca dos significados de masculino e feminino defende que os binarismos da natureza são utilizados nos discursos, muitas vezes, para legitimar as relações humanas. Por isso, naqueles textos “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de

princípios de visão e divisão” (BOURDIEU, 2002: 21), pois as noções de mulher, nos poemas e contos, pouco se aplicavam à vida comum, e servem para confirmar que há uma gritante diferença entre a representação dada à mulher do Piauí e a sua real experiência no cotidiano da época.

Quanto aos autores, nenhum dos nomes em *A Borboleta* pertenceu a uma mulher, nem mesmo os que lembram pseudônimos. Prevaleceram palavras em inglês ou abreviações na assinatura da prosa; um homem com sobrenome estrangeiro deu autoria aos versos. Ressalva-se, contudo, que o fenômeno no Piauí se conjugou aos demais do mesmo feitio, pois os jornais brasileiros classificados como “femininos”, como *O Espelho Diamantino* de 1827, primeiro tiveram autoria masculina, sob a crença de que a instrução das mulheres deveria se fazer de forma regulada, afastadas de debates políticos.

O JORNALISMO DAS MULHERES DO PIAUÍ NO CONTEXTO BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

Tempos depois foi que as próprias mulheres brasileiras ocuparam os espaços de edição e redação, em um percurso cronológico que se modifica conforme o território. Entretanto, compreender tal recorrência como atraso ou defeito é um equívoco. Frisa-se nesta observação, pois a celeridade da autoria não é o central na compreensão de uma história da imprensa feita para mulheres, mas pôr os fatores temporais em diálogo com formato, escrita e periodicidade das suas publicações.

Observa-se, assim, que traçar um parâmetro de delimitação geral seria estipular uma escala de progresso, o que soa tão perigoso para as ciências sociais quanto tomar diretrizes pelas quais se obtêm resultados já declarados ineficazes. Exemplos do caso são a insuficiência das conclusões advindas

da realidade europeia para análises internas ao panorama do Brasil, bem como a desproporcional aplicação estrutural do campo produção erudita e da crítica literária brasileira, construído para e comandado por homens, no entendimento de, no mesmo contexto, a atuação autoral das mulheres.

Nesse sentido, tratar do formato e dos territórios da imprensa feminina define questões significativas da leitura histórica. Destaca-se o baluarte dos locais, pois as datas de aparecimento dos jornais e revistas para mulheres e a contextualização histórica de suas leitoras não se devem transpor abruptamente de um país a outro, ou de uma província para a outra, ainda que estejam dentro da mesma datação, tampouco devem ser colocadas em comparação de “valor” ou “qualidade” ao conteúdo e temáticas abordadas pelos textos publicados por homens do século XIX.

Logo, como defende Le Goff (2013: 138), “o historiador deve, como um artesão desvalorizado, limitar-se ao hábito ingrato da análise”. O motivo, todavia, é mais simples que essa admissão: “o passado é, por princípio ou por posição, ultrapassado. Um dia, mais tarde, quando as condições estiverem reunidas, os historiadores conseguirão estabelecer uma lei” (LE GOFF, 2013: 138). Então, não se trata de identificar uma lei que defina o que é ultrapassado ou evoluído nos limiares da imprensa feminina, mas fazer cortes no tecido temporal dos recortes (1830-1900), “trabalhar, buscando propor para ele uma abordagem e uma história” (LE GOFF, 2013: 138).

Se quer dizer: países como a França e a Inglaterra têm uma imprensa feminina e leitoras diferentes das do Brasil do século XIX, assim também locais, como São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, tiveram manifestações, deste mesmo tipo jornalístico, muito distintas das que ocorriam no Piauí de época igual. Ademais, salvo em termos de comparações plausíveis, não é válido tipificar este ou aquele território mais avançado. É enriquecedor, porém, entender os processos que justificam a situação histórica das

publicações.

Do contrário, os estudos se tornam limitados por entraves. A prova dessa afirmação é o supracitado jornal *A Borboleta* no Piauí, que contava apenas com letras datilografadas, sem os desenhos e ilustrações que estavam na ordem do dia dos jornais do restante do país. Tendo acesso apenas a um de seus números, o terceiro, de 7 de outubro de seu primeiro ano, 1888, a periodicidade e o enfoque, entendido salvo houvesse outras edições, permanecem em silêncio. Seu único número tem quatro páginas disponíveis, classificando-o como jornal e não como revista, cuja temática e tipo de textos não seriam publicados em praças como São Paulo ou Pernambuco, naquele mesmo ano.

Outra prova de que apenas a comparação abrupta reduz a leitura histórica é o caso Brasil-Europa, que, ironicamente, é muito recorrente. Se tomado em minúcia, vê-se que em território europeu a imprensa para mulheres e a impressão de materiais que lhes fosse acessível funcionava desde o final do século XVII. O país pioneiro foi a Inglaterra, cuja primeira publicação de imprensa feminina ocorreu em 1693, o jornal *Lady's Mercury*. No século posterior, a moda do jornal feminino foi imitada por todo o continente, tendo-se registro de 1758, na França, do surgimento de *Courrier de La Donne*, assim como na Itália, em 1770, do veículo *Toilette*, e na Alemanha o *Akademie der Grazien*, de 1774.

No Brasil, por sua vez, além da proibição de letras de imprensa, imposta pelo pacto colonial até 1808, se somavam os entraves financeiros e de alfabetização das moças, permitindo aparecer um veículo, *O Espelho Diamantino*, de “instrução” para as damas da corte, editado pelo francês Plancher-Segnot, somente em 1827. O periódico contou com 14 edições, tendo publicação efêmera de um ano e resumia conteúdos basilares como teatro, história mundial e belas artes.

Desse modo, não se trata de buscar por uma relação de datas de quem primeiro escreveu para mulheres, menos ainda de classificar como avançadas ou atrasadas as temáticas dos textos publicados pelas folhas, mas encontrar “umamaneiradetraduziredeordenarexperiênciasnotempo”(LEGOFF,2013: 139). Amplia-se a observação para os fatores que congregam a possibilidade: as formas de organização econômica mundial, que se transmutaram em uma empreitada neocolonialista sobre países como o Brasil, e, por conseguinte, sobretudo no tocante a produtos como a imprensa periódica, o impacto disso nos hábitos de consumo e nas mentalidades das mulheres.

Por tudo isso, a análise se desloca do fator cronológico e se dirige para o sistema de causalidades histórico-sociais, uma vez que a história “doravante é compreendida como processo, com a ideia de que os acontecimentos não se reproduzem mais somente no tempo, mas através dele” (LE GOFF, 2013: 137). Identifica-se que a forma de consumo e de propagação dos veículos brasileiros precisou se modificar para que o contato com as mulheres fosse estabelecido, já que havia em curso um novo regime de historicidade.

Quando isso ocorreu, conforme Duarte (2016), em finais do século XIX, foi que a situação mudou drasticamente, pois “mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina (DUARTE, 2016: 16)”, que é quando a imprensa feminina não só abarcou uma história do jornalismo produzido por mulheres, mas, ainda, aparece como suporte central nos estudos de história da literatura.

Nesse contexto é importante pôr na balança o que descreve o historiador Boris Fausto (2019: 169), acerca das mudanças socioeconômica do Brasil ao final do oitocentismo, porque a “liberação de capitais resultante do fim da importação de escravos deu origem a uma intensa atividade de negócios e de especulação. Surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor etc”.

Essa busca por modernização capitalista e, em consequência, de hábitos

e estruturas, chegou para o Piauí em forma não muito diferenciada, isso sem mencionar que já existia um polo de vultuosa referência capitalista ao norte do estado, que se somou à construção de teatros em Teresina, à chegada dos recém-formados da faculdade de direito de Recife na educação e literatura local, as reformas arquitetônicas em Parnaíba, além da ampliação dos veículos educacionais como as escolas religiosas.

Com efeito, o formato de assinatura e o conteúdo moralizante, no qual a imprensa periódica brasileira se habituara a atuar, também precisou mudar para que mulheres fossem leitoras e produtoras de jornais. Luana Pereira Luz (2007) confirma que “a principal tarefa assumida pelas folhas femininas neste início era zelar pela erudição e educação das damas da época” (LUZ, 2007: 27), algo nem sempre atraente para as mulheres que, sobremaneira a partir de 1890, buscaram cada vez mais o assunto político relativo aos direitos civis e os produtos inovadores de artes, moda e literatura.

As pesquisas atribuem o estopim da mudança às empreitadas das vendas norte-americanas pós-independência, pois, segundo Lidiane de Souza (2002), folhetos estadunidenses como o *Lady's Home Journal*, introduziram no Brasil duas estratégias que facilitaram essa propagação: a não exigência de assinatura para consumo dos periódicos e o distanciamento de conteúdos unicamente morais ou sentimentais, tendo em vista que a estrutura do comércio e as formas de “ser mulher” no Brasil passava por transformações.

O CISNE (1891), A PENA (1899) E BORBOLETA (1905): INVERTENDO A LÓGICA DA EXISTÊNCIA

Ainda no que diz respeito ao formato das publicações, a própria impressão tipográfica deve ser posta em análise quando em diálogo com os territórios de ocorrência. Porque, de acordo com Constância Duarte

(2016: 14) as imprensas femininas “desde o início se configuraram como espaços de aglutinação e resistências”, até mesmo diante do sistema de publicações de textos. Em províncias do Brasil, como o Piauí do século XIX, além dos recursos financeiros, os jornais e as tipografias também pertenciam aos homens, especialmente àqueles ligados à igreja, maçonaria ou à política local. Outro agravante para elas é que tais estruturas só se encontravam nos centros urbanos, como Teresina e Parnaíba.

Diante do quadro, Nino César Dourado de Barros (2020) comprovou a face da resistência emplacada pelas escritoras do Piauí para que pudessem publicar seus jornais. O pesquisador ressalta que essas mulheres mantiveram a existência de folhetos através da redação a próprio punho, fazendo-os circular longe do modelo típico de publicação periódica, portanto, sendo manuscritos, não datilografados.

Nesse formato, Barros (2020) registrou o jornal *O Cisne*, de 1891, e a revista *A Pena*, de 1899, ambos redigidos e publicados em Campo Maior, cidade piauiense localizada a cerca de 80 km da capital, Teresina. Conforme defendido pelo historiador, o formato manuscrito explica o porquê de estarem “fora dos catálogos e não relacionado nos textos sobre a história da imprensa piauiense” (BARROS, 2020: 265). Essa pontuação é importante para a história, ainda, porque a tradição oralmente repassada, o mundo doméstico e textos manuscritos, foram excluídos do catálogo tradicional da historiografia por muitos séculos, outrossim, o exato local da vida feminina até início do século XX.

De certo, pelo formato e pela seleção historiográfica a favor de fontes oficiais, muitos jornais e registros se destruíram ou foram desconsiderados no passado. O prejuízo disso atingiu o que era produzido pela as mulheres, tanto porque se perderam enquanto neles figuravam como escritoras, quanto pela lógica específica na qual se organizavam

suas publicações jornalísticas, antagônica à da imprensa de suas épocas e à ótica com que a história se acostumou analisar o jornalismo.

Quanto à imprensa feminina de formato manuscrito, segundo o pesquisador, *O Cisne* (1891) foi um jornal de pequeno formato, “era redigido por diversos colaboradores, se identificava como crítico, literário e dedicado ao belo sexo, e prometia sair semanalmente” (BARROS, 2020: 267). Para *A Pena* (1899), Barros (2020) ressalta uma chamada que, ao anunciar um “farfalhar de saias” pedia abrigo à “pena” e atenção à palavra feminina.

O intrigante dessa manifestação da imprensa feminina é que no interior do Piauí, a falta de recursos para a impressão gráfica e o baixo poder aquisitivo das mulheres, longe de ser um empecilho, foi a razão para que a imprensa feminina fosse lida e produzida.

As folhas também se configuraram como locais de apoio conjunto, constituindo para si lógica específica de produção e recepção. Destaca-se nessa afirmativa a comprovação trazida pelo jornal *Borboleta*, pois em 1904 fundou-se em Teresina, escrito de modo manual, como parecia comum às folhas femininas do interior piauiense, posteriormente se tornando impresso, o primeiro número assim saiu em 1905:



47

IMAGEM 2: Jornal Borboleta, Teresina, 1905.

Por isso, Nino Dourado de Barros (2002) classifica o periódico como dotado de duas fases:

A primeira, quando apareceu de forma manuscrita, com pequeno formato, e contava com um grupo significativo de mulheres da sociedade local, embora alcançasse um público limitado devido ao meio de produção; e a segunda, quando completou um ano de existência em 29 de outubro de 1905, festejando com o número décimo quarto, o primeiro a ser impresso (BARROS, 2020: 266).

Nesse sentido, os destaques relativos à imprensa produzida por mulheres no Piauí são exatamente essa inversão dos fatores com os quais

costumeiramente se analisam as produções impressas piauienses, portanto, requerendo análise peculiar. Outro fator a elucidar é a tônica emplacada nos periódicos, pois aqueles editados por mulheres trabalhavam conforme um tipo de compadrio e solidariedade, não com a polêmica e a crítica ácida vista nos que eram publicados pelos padres, literatos e políticos.

Borboleta, por exemplo, era “antes conhecido por um grupo formado basicamente de amigos e familiares” (BARROS, 2020: 266). A relevância de tal detalhe é também pela contribuição literária, ao tempo que política, que o regime de homenagem significou para que se assegurassem mulheres escrevendo. A reprodução de poemas femininos como os de Francisca Montenegro, o respeito às antecessoras, como Luiza Amélia de Queiroz, e a comunicação com outros periódicos de edição feminina, tais como *A Andorinha*, de Teresina, funcionou como um território que as protegeu da lógica agressiva do campo literário e jornalístico local.

Portanto, nesses periódicos as jornalistas e escritoras introduziam suas carreias, se descobrindo como autoras e, como demonstrou ser *Borboleta* em Teresina, foi o lugar no qual iniciavam seus investimentos no mundo intelectual ou artístico. Os quesitos biográficos das participantes demonstram a validade dessa inferência. Muitas colaboradoras, como Francisca Mendes Burlamaqui e Flora Mendes Burlamaqui, foram nomeadas professoras em 1907; Maria Amélia Rubim, uma das editoras do jornal, em 1908 seguiu para o Ceará, a fim de se formar em Direito, em um tempo que a formação superior das mulheres era evento raro.

Alayde Mendes Burlamaqui, além dos editoriais combatidos em defesa da escrita feminina, teve publicações voltadas para a importância da música, pois era bandolinista. A jornalista ainda teve nome citado em 1969 no *Dicionário bibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil*. Logo, a representatividade alcançada pelas mantenedoras de

Borboleta, contribuiu para um tipo de aceitação social das mulheres no jornalismo piauiense, assim como para que os escritores de outros jornais, a partir de então, considerassem importante a temática feminina em seus periódicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À proporção que jornais, revistas, folhetos, manuscritos, emergem pesquisas dos estudiosos empenhados no resgate e preservação desses suportes, a variedade de novas formas de escritas e autorias convidam, além da descrição e reunião das fontes, às análises que põem em foco a participação feminina.

Portanto, as discussões apresentadas neste estudo foram possíveis pela releitura das fontes. Diz-se releitura, pois, se fizeram análises considerando-as não apenas enquanto mecanismos de descrição histórico-temporal (fonte em si), mas pela reforma que provocam nos conceitos de “história”, “ciência”, “sistema literário”, uma vez que reajustam suas datações, pilares, comprovações e protagonismos desconhecidos pelos antigos materiais.

O estudo das mulheres e das relações de gênero, contudo, reconfiguram igualmente às óticas nas quais as pesquisas ao redor do jornalismo e da literatura brasileira se forjaram, compreendendo-os (jornalismo e literatura) também em correlação, pois foram os jornais os veículos responsáveis pela profissionalização dos escritores do Brasil.

Ressalta-se, no entanto, que a autoria feminina, principalmente essa que se organizou em uma rede de jornais escritos por mulheres e direcionados às outras mulheres, imersa à sociedade oitocentista, reclama estudo peculiar de sua organização também específica, com lógica e espaço próprio, de produção, circulação e recepção.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Andreia Rodrigues de. Do lar ao social: educação e gênero no Piauí império. *Anais do VI Encontro Nacional de História Cultural*, Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2015.
- Barros, Nino Cesar Dourado de. A imprensa feminina em Teresina: o jornal A Borboleta: 1904-1906. In.: Queiroz, Teresinha; Castelo Branco, Pedro Vilarinho (org.). *Páginas Impressas: história, imprensa e política no Brasil*. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.
- Bourdieu, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- Castelo Branco, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina na primeira república*. Teresina: EDUFPI, 2013.
- Duarte, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: Dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- Fausto, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- Filho, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 7ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

Queiroz, Teresinha; Castelo Branco, Pedro Vilarinho (org.). *Páginas Impressas: história, imprensa e política no Brasil*. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

Souza, Lidiane Aparecida Silva de. *Imprensa Feminina: a mulher vista nas páginas das revistas*. Juiz de Fora: UFJF, 2002.

Souza Neto, Marcelo. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

Borboleta, Teresina, ano 1, n. 14, 15, 16, 20, 21, 23, 1905.

Mortes, *O Expectador*, Teresina, ano 2, n. 76, p. 4, 29 ago. 1860.

Pacotilha, **O Conciliador Piauiense**, Oeiras, ano 1, n. 13, p. 6. 10 ago. 1857.

Variedades, *O Escolástico*, ano 1, n. 12, Oeiras do Piauí, p. 4. 2 mar. 1850.